

**SINPACEL-RS**

UNIÃO SINDICAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE,
PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS

FUNDADO EM 27/11/1951 | FILIADO À CUT E CNQ

www.sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

Patronal recua e convenção coletiva é fechada



Após reação do sindicato e mobilização dos trabalhadores, as empresas reconsideram e igualam a proposta de nível nacional para o fechamento da convenção coletiva de trabalho 2019/2020.

No setor de celulose e papel no Brasil, segundo análise dos que participam das mesas de negociações representando os trabalhadores pelo país, havia uma combinação da patronal de abolir o histórico abono compensatório que é pago há mais de 20 anos nas grandes empresas do setor nos fechamentos das convenções coletivas de trabalho. A intenção era de aproveitar a onda de retirada de direitos incentivada pelo governo Bolsonaro. Contudo, houve uma reação e mobilização muito grande por parte dos trabalhadores em São Paulo e, após quatro rodadas de negociação, o fechamento lá foi pela manutenção do abono e demais cláusulas da Convenção Coletiva, seguindo de exemplo para o resto do país.

Mas, mesmo com o exemplo de SP, as empresas da base do SINPACEL resolveram manter a proposta patronal sem o abono. O sindicato dos trabalhadores organizou a Assembleia realizada no dia 30 de outubro para a rejeição da proposta, convocou os trabalhadores para dar um basta na retirada de direitos. Faltou cadeira na sede do SINPACEL, com a

lotação esgotada e a presença do presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, o representante da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Loricardo, o economista do DIEESE, professor Franzoi, e participação do presidente da Federação dos Trabalhadores do setor de celulose e papel de São Paulo, Betinho.

Na ocasião, realizou-se uma assembleia de rejeição à proposta e organização de mobilização para as ações futuras, para a busca de um acordo condizente com a realidade, e não simplesmente uma economia desnecessária nas costas dos trabalhadores.

O presidente do SINPACEL-RS, João Caldas, na sua explanação final agradeceu a presença maciça dos trabalhadores, o atendimento do chamamento das organizações dos trabalhadores presentes (CUT-RS, CNMCUT, DIEESE, FED. PAPEL SP), e informou que toda a mobilização deu efeito, pois no final da tarde, o representante do patronal retificou e oficializou nova proposta, igualando nos principais itens o acordo fechado em São Paulo, com a manutenção do abono.

Diante da nova situação, o presidente deixou por conta da Assembleia a decisão da aprovação ou não da proposta patronal, deixou claro da disposição de acatar o resultado da votação, lembrando que a organização dos trabalhadores

deve ser sempre requisitada.

A nova proposta foi aprovada por 76,7% dos votos. Tal experiência de mobilização dos trabalhadores reforça a necessidade de ampliar o nível de conscientização da importância das organizações dos trabalhadores, visto que, se não houver reação ou mesmo protagonismo, cada vez mais o poder econômico colocará de fora suas garras para retirar direitos e lucrar em cima da força de trabalho de quem produz a verdadeira riqueza.

PROPOSTA APROVADA

Data-base 01/10/2019.

- Reajuste salarial de 2,92% (INPC do período);
- Diferenças salariais: pagas na folha de novembro/2019;
- Piso salarial: R\$ 1.359,60;
- Abono indenizatório: R\$ 1.960,00 em parcela única para Celupa, Celulose Riograndense e Sofitys; Santher em 2 parcelas fixas mensais de R\$ 980,00;
- Vale mercado: R\$ 270,00 mensais;
- Auxílio-creche: R\$ 457,00 mensalmente;
- Restituição das demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 com a redação da CCT extinta.

Após defesa de Paim, Senado aprova destaque do PT que garante direito à aposentadoria especial por periculosidade



O plenário do Senado aprovou por unanimidade, em 23 de outubro, dia que concluiu a votação da Reforma da Previdência (PEC 6/2019), o destaque da bancada do PT para reduzir os danos da proposta do governo Bolsonaro e garantir aos trabalhadores que exercem atividades de risco o direito à concessão da aposentadoria especial em decorrência da exposição à atividade perigosa. “Seria um absurdo se tivéssemos constitucionalizado a proibição de que as pessoas pudessem, até mesmo, demandar o direito a aposentadoria especial”, enfatizou o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

A redação anterior da PEC 6/2019, ao tratar de aposentadorias decorrentes de atividades que sejam exercidas com exposição a agentes nocivos, químicos, físicos e biológicos ou prejudiciais à saúde, proibiria a concessão do enquadramento por periculosidade. Isso praticamente

impediria a concessão de aposentadoria especial para trabalhadores em atividades perigosas como vigilantes, guardas de trânsito, frentistas e eletricitistas.

A negociação anunciada em plenário retirou a expressão e a vinculou à elaboração de um projeto de lei complementar, para regulamentar definitivamente quais atividades devem ser enquadradas como perigosas.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que fez uma defesa contundente do destaque, alertou para o dano que a proposta do governo Bolsonaro causaria na vida dos 4 milhões de vigilantes que atuam em todo o país.

“Como você explica para esses trabalhadores que tinham direito, por atuarem em área periculosa, de se aposentar com 25 anos de contribuição, terem de contribuir por 40 anos atuando em área de alto risco, sem nenhuma transição”, criticou Paim.

Apesar da aprovação do destaque do PT, o senador Humberto Costa reafirmou que a bancada do PT no Senado votou contra o projeto de reforma apresentado pelo governo Bolsonaro por promover a retirada de direitos históricos dos trabalhadores.

Pesquisa na CMPC gera clima de desconfiança

Já há algum tempo a CMCP-Celulose Riograndense realiza anualmente uma pesquisa de clima através da contratação de empresa especializada para aferir o ambiente de trabalho. Nessas pesquisas, a empresa tem um retorno do ambiente de trabalho, os problemas da relação entre as chefias e os subordinados, questões de procedimentos, questões de segurança, salários, benefícios, etc.

O resultado da pesquisa sempre foi uma oportunidade para a CMPC, mediante as informações de seus empregados, onde sempre foi garantido o anonimato de quem responde, encaminhar soluções para demandas apontadas.

A metodologia aplicada pela empresa contratada nesse ano gerou desconfiança quanto às garantias de anonimato dos pesquisados. Diferente dos anos anteriores, a pesquisa é realizada online, ou seja, pode ser respondida pela intranet, na qual os usuários, para abrirem suas contas, digitam nome e senha, ou mesmo fora da empresa, acessando o site da empresa pesquisadora. Em tempos de hackers e considerando todas as possibilidades disponíveis hoje, a desconfiança de rastreamento é uma realidade possível. Muitos estão deixando de participar da pesquisa e a empresa está cobrando a participação. De qualquer forma, esse ano, o resultado da pesquisa na opinião de alguns já está comprometido, pois se os trabalhadores não se sentem a vontade para colocar sua opinião, diferente dos anos anteriores, a empresa poderá ter uma avaliação falsa positiva.

Sinpacel participe de Encontro Nacional dos Papeleiros

No dia 16 de outubro, papeleiros de todo o Brasil se reuniram na sede da Fetiesc, em Itapema, para participar do Encontro Nacional dos Papeleiros. Pelo SINPACEL-RS, participaram os dirigentes Walter Fogaça, Ernani Peixoto e Gilberto Cedrez.

Os sindicalistas trocaram experiências acerca das negociações e da realidade sindical de cada estado, debateram sobre assuntos da categoria e aprovaram deliberações para o grupo colocar em prática.

O assessor de Formação da

Fetiesc, Professor Sabino Bussanello, provocou uma reflexão sobre o que é preciso fazer para mudar a realidade do movimento sindical e assim cessar a perda de direitos da classe trabalhadora. Ele ressaltou que os dirigentes sindicais devem se manter informados para repassar os conhecimentos aos trabalhadores.

“Um dirigente sindical que faz formação sindical é a fonte de informação do trabalhador, vamos instruir a classe trabalhadora para que não votem em candidatos que apoiem a pauta de destruição dos

seus próprios direitos”, destacou.

O presidente da Fetiesc, Idemar Antonio Martini, comentou que as propostas de mudança fazem parte dos encaminhamentos do Fórum Sul e que elas devem começar nas diretorias dos sindicatos. “Vamos levar a discussão da reinvenção do movimento sindical às direções dos sindicatos para que juntos possamos criar estratégias para mudar a realidade entristecedora pela qual a classe trabalhadora passa com a retirada massiva dos seus direitos”, apontou o presidente.

Por unanimidade, metalúrgico Sérgio Nobre é eleito novo presidente nacional da CUT



pelo diretor do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, Vagner Freitas, que foi presidente por dois mandatos de sete anos. A Secretaria-geral será comandada pela primeira vez nos 36 anos da CUT por uma mulher, a trabalhadora rural e ex-vice-presidente, Carmen Foro.

Em seu discurso de posse, Sérgio Nobre agradeceu a todos e todas que participaram do 13º Concut pela qualidade rica dos debates, pelo esforço na construção do Congresso e, em especial, aos sindicatos de base, aos presidentes das CUT's estaduais e a todos os funcionários da Central que trabalharam meses na organização do congresso.

Ele destacou que o período de seu mandato será duro em consequência dos ataques aos direitos que a classe trabalhadora vem sofrendo desde o golpe de 2016, e mais fortemente nos últimos dez meses de governo de Jair Bolsonaro (PSL), que só apresenta propostas de retirada de direitos sociais e trabalhistas e não tem projeto de desenvolvimento econômico, com justiça e inclusão social, e geração de emprego e renda.

“Esse Congresso foi realizado numa conjuntura adversa, difícil, que requereu de todas as forças políticas a mais ampla

unidade para enfrentar o fascismo neste país. Esta chapa expressa toda a diversidade do país, de raça e entidades. Tem gente do campo, da cidade, de entidades públicas e privadas e LGBTs”, declarou.

O novo presidente da CUT lembrou ainda da luta que a Central vem travando nos últimos anos, desde as jornadas de 2013, a dura eleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2014, o golpe que veio na sequência e a prisão injusta do ex-presidente Lula, além do papel que desenvolveu para garantir direitos, defender a democracia e pela liberdade de Lula, a quem ele foi visitar na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, onde é mantido preso político desde abril do ano passado. Sérgio contou que Lula pediu para a CUT chegar mais perto da base, do povo, da população em geral.

Sobre o Congresso

No total se inscreveram 1.957 delegados e delegadas. Do total, 1.705 se credenciaram, sendo 968 homens e 737 mulheres.

O vice-presidente do SINPACEL, Walter Fogaça, integrou a delegação que representou a CUT-RS nesse importante Congresso dos trabalhadores.

Os delegados e delegadas do 13º Congresso Nacional da CUT “Lula Livre” – Sindicatos Fortes, Direitos, Soberania e Democracia, elegeram, em chapa única, a nova Executiva Nacional da CUT para o mandato de 2019/2023.

Para a presidência da entidade foi eleito o metalúrgico do ABC, Sérgio Nobre. A vice-presidência será ocupada

Ambientaly paralisa sua produção e demite funcionários

A empresa guaibense Ambientaly, fundada em 1986 como Sulfato Rio Grande, que cresceu e hoje tem duas unidades - uma no Paraná e a outra em Santa Catarina, infelizmente parou a produção na sua matriz em Guaíba. Segundo informações, por não renovação de contratos importantes, entre eles com a CMCP – Celulose Riograndense, viu-se obrigada a demitir oito funcionários do setor de produção.

A empresa é fornecedora de produtos químicos utilizados nos processos de saneamento, papel & celulose, alimentício, avícola, frigorífico, têxtil e indústrias em geral. Vai manter suas atividades em Guaíba direcionada na área de vendas e, de acordo com informações, com potencial de retomada da produção no primeiro trimestre de 2020.

As empresas da base de representação do SINPACEL nesse ano já contabilizaram 383 demissões (fechamento da Kimberly com 260 postos de trabalhos extintos, CMPC demitiu 85 trabalhadores (as), Santher com a desativação da máquina 09, demitiu 30 trabalhadores e agora a Ambientaly com 8 demitidos). Esperamos que a empresa consiga retomar seus clientes para a efetiva geração de empregos.

Ao mesmo tempo temos críticas ao governo federal que não tem projeto para fortalecer a indústria nacional, a qual potencializaria a economia. Ao contrário, retira dinheiro da economia com as reformas trabalhista e previdenciária, que tira a capacidade do mais pobre consumir.

EXPEDIENTE UNIÃO SINDICAL

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS.

Tiragem: 2.300 impressos

CNPJ 90.830.183/0001-65

Rua Bento Gonçalves, 304, Centro – Guaíba/RS

RESPONSÁVEIS: João Caldas, presidente do SINPACEL; Cesar Augusto Peteffi, diretor de divulgação e cultura

DIAGRAMAÇÃO: Cio! Comunicação

CONTATO: 51 3480-2900 | 51 3480-2973

sinpacel-rs.com.br | facebook.com/SinpacelRS

FILIADO À

CUT
Rio Grande do Sul

CNQ
Confederação Nacional das Indústrias

#NOVEMBROAZUL | Sinpacel na campanha junto aos seus associados



O combate ao câncer de próstata só é efetivo pela consciência da necessidade da prevenção. O exame de sangue PSA pode identificar o aumento de uma proteína produzida pela próstata, o que seria um indício da doença. Para um diagnóstico final, é necessário analisar parte do tecido da glândula, obtida pela biópsia da próstata.

O SINPACEL, por meio de um laboratório conveniado, está oportunizando aos seus sócios, com mais de 50 anos, o exame de PSA na sede do sindicato nos dias 26, 27 e 28 de novembro, das 13h30 às 16h30. Para participar é necessário agendamento pelo telefone 34802900.

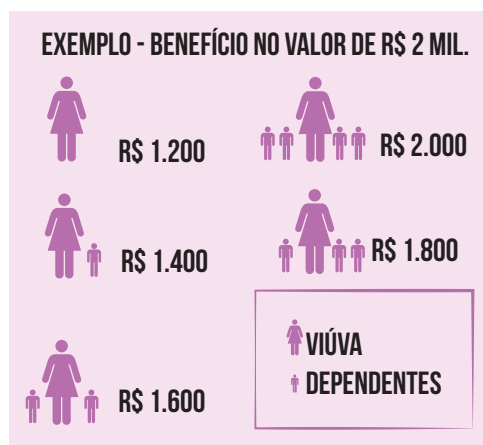
Segundo dados do ministério da saúde, um a cada seis homens terá câncer de próstata durante a sua vida. E um a cada 36 homens morrerá da doença. Fique fora dessa estatística, previna-se!

Reforma da Previdência de Bolsonaro é aprovada no Congresso

Mais uma vitória do poder econômico – o Brasil pode virar um Chile ou um México, onde os ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres.

A REFORMA PREJUDICA VIÚVOS E VIÚVAS

Em novembro, quando o Congresso Nacional promulgar a reforma, as pensões por morte não serão mais de 100% do valor do benefício recebido pelo trabalhador falecido. As viúvas, viúvos e órfãos terão direito a somente 60% do valor do benefício.



Confira o que muda na Aposentadoria:

- 1) *Obrigatoriedade de idade mínima para se aposentar* - 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.
- 2) *Tempo mínimo de contribuição* - 15 anos, no mínimo, para mulheres e 20 anos, no mínimo, para homens que começarem a trabalhar depois que a reforma entrar em vigor.
- 3) *Benefício integral só com 40 anos de contribuição* - mulheres receberão 100% do valor da aposentadoria depois de contribuírem ao INSS por 35 anos. Já os homens, terão que contribuir por 40 anos para terem o benefício integral.
- 4) *Cálculo da média do salário reduz o valor do benefício* - média será calculada com base em 100% dos salários; hoje são usados os 80% maiores salários desde 1994 e descartados os 20% menores.
- 5) *Servidores públicos* - mulheres podem se aposentar aos 62 anos e homens, aos 65, ambos com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no mesmo cargo.

6) *Transição* - impõe regras duríssimas de transição, aumentando o tempo de contribuição ao trabalhador que estaria prestes a se aposentar.

O pior ainda está por vir

Para a presidente do IBDP, Adriane Bramante, apesar do texto inicial da Reforma da Previdência ter sido bem pior do que o agora aprovado, ainda tem muitos pontos prejudiciais à classe trabalhadora, e a situação de penúria de aposentados e pensionistas vai piorar.

“Hoje a média de uma aposentadoria é de R\$ 1.460,00. Daqui a cinco anos será apenas de um salário mínimo [R\$ 998,00] porque vêm novas medidas, outras leis complementares de retirada de direitos”, acredita a advogada.

A reforma retira da Previdência o adjetivo social. Agora é só uma Previdência para garantir a sobrevivência, a subsistência. É o desmonte total”, ressalta Adriane Bramante.

Fonte: CUT Brasil